TRATADOS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E TIPIFICAÇÃO PENAL DE CONDUTA DE PESSOA JURÍDICA: UMA DEFESA DA TIPIFICAÇÃO TRANSNACIONAL

LUIZ FELIPE DA ROCHA AZEVEDO PANELLI

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo - FESP-SP
Graduado em direito. Mestre e doutor em direito do Estado pela PUC-SP

RESUMO: Objeto da pesquisa: Analisar a possibilidade da formação de tratados de proteção do meio ambiente em que as partes concordem em criar tipos penais cujo bem jurídico tutelado seja o direito ao ambiente sadio e cujo agente criminoso seja a pessoa jurídica transnacional, permitindo que haja persecução penal de pessoa jurídica poluente e efeitos penais secundários transnacionais. Alguns dos piores casos de degradação ambiental se deram devido à irresponsabilidade de pessoas jurídicas transnacionais, que poluem recursos naturais úteis para mais de um país ou que se valem da diversidade de jurisdição para optar entre esquemas regulatórios favoráveis. A ideia da pesquisa é defender tratados que permitam que países ajam em uníssono na persecução penal às pessoas jurídicas poluentes, fazendo com que as diversas jurisdições sejam consideradas uma só para fins de proteção. Justificativa de relevância: A degradação ambiental tornou-se um problema global e só será efetivamente combatida com esforços conjuntos. É fácil às transnacionais – em especial as que atuam com petróleo – valerem-se da multiplicidade de jurisdição para evitar sanções decorrentes de suas atividades poluentes. Assim, uma empresa pode cometer um crime ambiental em uma jurisdição nacional e continuar operando com o mesmo padrão em outra jurisdição nacional, sem qualquer consequência. Casos como os do Exxon Valdez e os envolvendo a British Petroleum (BP) mostram que os grandes poluidores são pessoas jurídicas de ramos econômicos específicos, que resistem às regulamentações e fazem lobby nos órgãos estatais. O resultado é que as catástrofes ambientais geradas não têm a punição adequada. Considerando o caráter transnacional destas companhias, é justo que o direito penal dos países envolvidos seja adaptado, por meio de obrigações assumidas em tratados, para tipificar condutas e permitir a persecução e reparação de danos em diferentes jurisdições. O tema permite a adaptação do direito penal ao desafio de manter hígido o meio ambiente para as futuras gerações. Metodologia da pesquisa: Análise de grandes casos de catástrofe ambiental; Análise da sua punição no âmbito penal e civil; Demonstração de um tratado-tipo de proteção ambiental nos moldes propostos; Hipóteses: O atual esquema de proteção penal do meio ambiente é ineficaz; Os maiores poluidores são empresas transnacionais, o que torna necessária a adaptação do direito penal ao modus operandi de tais agentes; A adoção de tratados e convenções que permitam uma tipificação única e persecução em múltiplas jurisdições é uma solução adequada. Resultados: Pretendemos mostrar que é necessária a adoção de uma convenção internacional que permita uma tipificação única de crimes ambientais cometidos por pessoas jurídicas, bem como mecanismos de persecução penal em múltiplas jurisdições, adaptando o direito penal e o direito internacional ao modus operandi das transnacionais e impedindo que grandes tragédias ambientais fiquem impunes. Pretendemos também apresentar um tratado-tipo, que permita iniciar a discussão, abordando temas como soberania,

possibilidade de punição penal de pessoa jurídica, processo em múltiplas jurisdições, e outros temas correlatos.

PALAVRAS-CHAVE: DIREITO INTERNACIONAL; PROTEÇÃO AMBIENTAL;
TIPIFICAÇÃO TRANSNACIONAL